



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

## ESTUDO SOBRE AVALIAÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO DOS ALUNOS PÚBLICOS ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS, NA PROPOSTA DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS<sup>1</sup>

ALEXANDRE, Nara Costa – UERJ<sup>2</sup>

BARROS, Rafaela Souza de – UERJ<sup>3</sup>

RODRIGUES, Suellen da Rocha – UERJ/UFF<sup>4</sup>

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas – UERJ/UFF<sup>5</sup>

### INTRODUÇÃO

O presente estudo é realizado a partir da bolsa de extensão do Observatório de Políticas Públicas em Educação Especial dos Municípios do Rio de Janeiro que tem como objetivo implantar um fórum de Gestores Municipais de Educação Especial, para a avaliação continuada das metas do Plano Nacional de Educação (2011-2020), bem como a troca de experiências oriundas das políticas locais de cada rede. Visando estabelecer uma rede estadual de estudos a respeito da implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) nas escolas comuns. A coordenação do projeto se integrou ao Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP) desde fevereiro de 2011 e que tem como função o estudo em Rede Nacional sobre as Salas de Recursos Multifuncionais nas Escolas Comuns (projeto 039/CAPES/INEP), coordenado pela UFSCAR, em que participam 23 universidades e ao Observatório Estadual de Educação Especial (OEEESP), em que participam UERJ, UFRJ, UNIRIO, UFF e UFRRJ.

Na Resolução CNE/CEB N.º 2 (BRASIL, 2001), no artigo 3º define-se:

Por *educação especial*, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das

<sup>1</sup> O trabalho possui apoio do Projeto “Programa de Melhoria das Instalações Físicas e Tecnológicas do Núcleo de Educação Especial e Inclusiva”, inscrito na FAPERJ sob o número E-26/112.173/2012 do edital 20/2 (Apoio às Universidades Estaduais do Rio de Janeiro – UERJ, UENF, UEZO).

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Pedagogia e Bolsista de Extensão, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Inclusiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEEI/UERJ). E-mail: [naracosta\\_rj@hotmail.com](mailto:naracosta_rj@hotmail.com).

<sup>3</sup> Graduanda do curso de Pedagogia e Bolsista de Extensão, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Inclusiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEEI/UERJ). E-mail: [rafaela.souza.barros@hotmail.com](mailto:rafaela.souza.barros@hotmail.com).

<sup>4</sup> Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI/UFF). Bolsista Proatec, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Inclusiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEEI/UERJ). E-mail: [suellen2709@yahoo.com.br](mailto:suellen2709@yahoo.com.br).

<sup>5</sup> Professora Adjunta da Faculdade de Educação da UERJ. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Inclusiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEEI/UERJ). Professora do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI/UFF). E-mail: [professoraediclea.uerj@gmail.com](mailto:professoraediclea.uerj@gmail.com).



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (Resolução CNE/CEB Nº2, 2001)

A metodologia utilizada no trabalho é de abordagem qualitativa, através de entrevistas dirigidas com professoras dos municípios do Rio de Janeiro, Niterói, Nova Iguaçu e Petrópolis do Estado do Rio de Janeiro, com o intuito de criar condições para que as entrevistadas explicitem suas perspectivas, façam críticas e conceituem sobre o que é o objeto de pesquisa, captando as experiências, práticas cotidianas, linguagens, ações e reações e comportamentos a partir de trocas realizadas no grupo, com o objetivo de *“identificar o trabalho que está sendo realizado nas SRMs e verificar o impacto na atuação do professor da sala de aula regular e, por consequência, dos demais alunos.”* (SANTOS, SENNA & AGRA, 2012, pg. 1426), e pelo caráter complexo do estudo foram utilizadas como metodologia a pesquisa colaborativa, o grupo focal e análise de conteúdo do Observatório Nacional de Educação Especial - ONEESP. (MENDES, 2012).

Tendo como objetivo analisar e conhecer os vários métodos de avaliação para identificação dos alunos com deficiências, transtornos no desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, almejando o AEE das SRMs, a partir de falas e reflexões das professoras do município de Petrópolis que foram selecionadas com o intuito de esclarecer assuntos recorrentes ao tema para um melhor entendimento teórico e prático das ações de avaliação dos indivíduos com deficiências, transtornos no desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.

Para fins do Decreto nº 7.611/11 (BRASIL, 2011) e da Lei 12.796 (BRASIL, 2013) considera-se público-alvo da educação especial às pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação, devendo a Educação Especial garantir os serviços de apoio especializado voltados à eliminação das barreiras que possam obstruir o processo de escolarização desses estudantes. Os serviços de apoio especializado são definidos como o atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente.

Segundo Decreto nº 6.571/08 (BRASIL, 2008), considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular; O Atendimento Educacional Especializado (AEE) apresentava como objetivo prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede de ensino regular, além de assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino. A ênfase deste decreto pautava-se nas salas de recursos multifuncionais como suporte único ao aluno público alvo da Educação Especial.

Porém, com a promulgação do decreto nº 7.611/11 (BRASIL, 2011) o decreto Decreto nº 6.571/08 foi totalmente revogado. Ainda que no decreto 7611/11 o enfoque maior seja na modalidade de sala de recurso multifuncional como apoio à inclusão; ele considera as classes especiais e escolas especiais.

O enfoque central do Projeto do ONEESP é a política das salas multifuncionais. E no presente estudo será feito um recorte das falas dos participantes nos grupos focais sobre as concepções



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

e métodos de avaliação para identificação dos alunos com deficiências, transtornos no desenvolvimento, altas habilidades/superdotação para um AEE beneficiário aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Sendo destacada a questão sobre quem informa inicialmente a possibilidade do aluno apresentar algum aspecto, físico, sensorial, cognitivo ou outro, que precisa ser avaliado e como é realizada a avaliação e identificação do aluno com necessidades educacionais especiais?

## **METODOLOGIA**

Foram realizados seis grupos focais, onde foram entrevistadas professoras das SRMs Segundo Powell e Single, citado em Gatti (2005, p.7), um grupo focal “é um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal”.

A técnica é muito útil quando se está interessado em compreender as diferenças existentes em perspectivas, ideias, sentimentos, representações, valores e comportamentos de grupos diferenciados de pessoas, bem como compreender os fatores que influenciam, as motivações que subsidiam as opções, os porquês de determinados posicionamentos. (GATTI, 2005, p.14)

A análise de conteúdo foi realizada através das representações sociais no dinamismo interacional que se estabelece entre linguagem, pensamento e ação, produzindo assim, inferências sobre qualquer um dos elementos básicos do processo de comunicação.

Produzir inferências é, pois, *la raison d'être* da análise de conteúdo. É ela que confere a esse procedimento relevância teórica, uma vez que implica, pelo menos, uma comparação, já que a informação puramente descritiva, sobre conteúdo, é de pequeno valor. Um dado sobre o conteúdo de uma mensagem (escrita, falada e/ou figurativa) é sem sentido até que seja relacionado a outros dados. [...] Assim, toda análise de conteúdo implica comparações [...] (PUGLISI & FRANCO, 2005, p.26)

Participaram de cada grupo focal entre 6 a 12 professoras dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, citados anteriormente, onde cada grupo focal foi coordenado por 1 pesquisador em dois turnos, com perguntas pela manhã e a tarde, no primeiro semestre de 2012. Todos os grupos focais foram gravados e transcritos para uma melhor análise de conteúdo.

Segundo Gatti (2005, p.29) o trabalho não se caracteriza como entrevista coletiva, mas, sim, como proposta de troca efetiva entre participantes. O moderador deve explicitar seu papel, que é o de introduzir o assunto, propor algumas questões, ouvir, procurando garantir, de um lado, que os participantes não se afastem muito do tema e, de outro que todos tenham a oportunidade de se expressar, de participar.

Esses professores não foram preparados previamente quanto ao assunto com o intuito de se fazer emergir questões inéditas sobre o tópico particular.

De acordo com Gatti (2005, p.13), com esses procedimentos, é possível reunir informações e opiniões sobre um tópico em particular, com certo detalhamento e profundidade, não havendo necessidade de preparação prévia dos participantes quanto ao assunto, pois o que se quer é



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

levantar aspectos da questão em pauta considerados relevantes, social ou individualmente, ou fazer emergir questões inéditas sobre o tópico particular, em função das trocas efetuadas.

## RESULTADO

A partir dos dados obtidos durante os grupos focais através das análises e reflexões das falas das professoras do município de Petrópolis, será discutido sobre o diagnóstico inicial do aluno no que se refere na apresentação de algum aspecto, físico, sensorial, cognitivo ou outro, que precisa ser avaliado e como é realizada a avaliação e identificação do aluno com deficiências, transtornos no desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação na proposta das SRMs perspectiva da educação inclusiva.

Segundo Glat (2007, p.16), a educação inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção de barreiras para a aprendizagem.

De acordo com Mandrá, Meiado, Xavier, *apud* Mendes, Nunes & Ferreira (2002, p. 15):

Em relação ao diagnóstico, pode-se concluir ser importante que ele seja feito o mais precocemente possível, e que a forma como ele é feito pode influenciar as atitudes e percepções dos familiares ao longo da vida. Nesse sentido, os estudos recomendam que os profissionais responsáveis pela confirmação tenham competência para informar e orientar, sem gerar preconceitos e reforçar estereótipos sobre a condição, pois nesse caso poderiam rebaixar as expectativas e influenciar negativamente a interação do indivíduo com seus familiares. Vários estudos, entretanto, evidenciaram que, no país, os profissionais, especificamente os médicos, encontram-se despreparados para efetuar esse tipo de trabalho da forma recomendada, e que os pais não têm sido adequadamente atendidos no momento da revelação diagnóstica.

De acordo com Fernandes & Corrêa (2008, p. 22):

“Os estudos que foram realizados nos anos 80 proporcionaram o início do ingresso de alunos com deficiência no sistema público; porém em vários sistemas públicos a Educação Especial corroborou com a institucionalização da 'medicalização do fracasso escolar.'”

Assim, os profissionais da educação precisam, juntamente com a família do aluno se atentar no seu desenvolvimento, observando todas as dificuldades e evolução no aprendizado do aluno, além de buscarem informações sobre a criança com os responsáveis e então, orientar os familiares de maneira que os façam perceber a importância de uma avaliação com o apoio de toda comunidade escolar e família, de forma que aja uma expectativa positiva nos avanços do desenvolvimento do aluno.

Porém tal discussão não se aproxima da medicalização do fracasso escolar muito discutida a partir da década de 80, em que vários autores identificaram que as modalidades de educação especial serviam para encobrir o fracasso escolar funcionando como espaços de segregação e que na realidade o público alvo da educação especial não tinha acesso às escolas públicas.



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

## DISCUSSÃO

O AEE é realizado sempre após alguma sinalização das necessidades do aluno, ou seja, é feita uma avaliação de acordo com o desenvolvimento do aluno na sala de ensino regular ou também pela indicação de alguma necessidade pelos pais ou responsáveis no processo da matrícula do aluno na escola, esses procedimentos seguem parâmetros diferenciados de acordo com cada profissional e escola, sendo assim, analisados através dos grupos focais realizados no OEERJ. De acordo com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 1) é demandado ao governo que:

Encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais e invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva.

Analisamos no estudo o recorte da pesquisa em que as professoras do ensino regular do município de Petrópolis expressam sobre quem informa inicialmente a possibilidade do aluno apresentar algum aspecto, físico, sensorial, cognitivo ou outro, que precisa ser avaliado e como é realizada a avaliação e identificação do aluno com necessidades educacionais especiais?

Durante análise dos grupos focais foi detectado que é relativa à identificação primária dos casos de deficiências, transtornos no desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, pois têm alunos que já veem identificados pelos pais que apresentam no ato da matrícula na escola do ensino regular um laudo médico que é encaminhado à assistência de educação especial, ou são casos avaliados durante o período escolar, onde a professora identifica alguma disfunção no aprendizado do aluno e dessa maneira alerta sobre o caso a coordenação da escola e aos pais. Dessa forma em um dos grupos focais é sinalizado por uma das professoras que:

*“Depende do caso, quando os pais não informam isso, às vezes os pais já levam um laudo médico, um diagnóstico mais preciso e informam a unidade escolar que transmite a informação a assistência de Educação Especial. Quando isso não acontece e a escola percebe a dificuldade do aluno, encaminha a assistência de educação especial, através de um relatório pedagógico e a gente chama a família e faz os encaminhamentos necessários, para a saúde, para o neurologista para o que for necessário.”*

Ainda sobre o assunto anterior é dito:

*“Eu acho que é, com as modificações nesse momento da Educação Infantil, é a gente já tem assim, já é sabedor das necessidades um pouco antes de se chegar a escola, quando é uma deficiência aparente os próprios pais pontuam porque eles já buscam um centro de Educação Infantil com essa expectativa, de que se atenda a necessidade aparente, quando não é aparente os pais tendem a esconder ainda, ainda temos essa cultura, né? Então os próprios centros de Educação Infantil, por meio da sua coordenadora, já pontua para a educação especial do município, então de posse dessa informação a orientadora é convocada lá pra que fale um pouquinho desse aluno, aí sim fazemos a acolhida da família pra poder fazer encaminhamentos possíveis na área multidisciplinar, se for o caso, ou então criar estratégias junto a*



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

*orientação e ao professor, mas eu creio que vai depender mesmo do tipo de deficiência, do tipo da necessidade que o aluno apresenta...”*

*“É como eu havia dito, quando se percebe a necessidade, a coordenação da escola entre em contato com a equipe. Quando acolhemos uma família e sentimos a necessidade de estar mais perto da escola, agendamos uma visita, temos reuniões periódicas, tentando sempre manter um contato próximo, de acordo com a necessidade da escola. Geralmente, quando é a escola quem percebe a necessidade da criança, o responsável é chamado e encaminhado para o serviço de saúde, para tentar conseguir uma consulta com o neurologista, oftalmologista e etc, para tentar fazer mesmo essa primeira avaliação médica. Depois dessa avaliação médica, é informado para secretária. A equipe de educação especial está sempre em contato, e quando há necessidade, quando o caso vai ficando mais difícil e a família não consegue, aí começa a ter uma interferência maior da secretária. Quando é uma questão só pedagógica, vai direto para a secretária.*

Quando esse aluno não vem diagnosticado previamente, a professora assim que percebe algo diferente no aluno, passa o caso para a direção da escola que entrará em contato com os pais e assim, seguir os trâmites da avaliação caso seja autorizado pelos pais. Esses alunos são avaliados, é produzido um relatório pelos professores que acompanharem o caso e encaminhado em seguida para avaliação médica, depois dos resultados do laudo médico a ficha do aluno é direcionada para a secretaria de Educação Especial para que esse aluno seja alocado nas SRMs. De acordo com o texto supracitado uma das professoras diz que:

*“É, em Petrópolis nós recebemos uma solicitação da escola, ou por bem da orientação, da gestão ou então do próprio professor que faz um relatório, né? Nos contando qual é a dificuldade da criança naquele momento, o quê que ela apresenta que não está podendo ser sanado pela escola e suas estratégias. Convocamos, então, a orientação e posteriormente os pais para verificação se essa criança já foi atendida, se ela tem um parecer clínico, se não tem, se ela necessita de encaminhamento pra fono, psicólogo, pra neuro, enfim, o que a gente tiver pra ofertar. De posse desse relatório a gente faz uma entrevista com os pais, né? Vê toda a trajetória daquela criança, desde a gravidez até o momento, todas as dificuldades que ela possa ter apresentado na trajetória escolar dela e passamos o acompanhamento dela, né? Chamando vez ou outra pra verificar se os pais levaram, porque ainda tem essa resistência, né? A aceitação familiar ainda é um x a ser desvendado pra gente e a assistência de educação especial dá esse suporte, fazendo a avaliação inicial e a identificação. Posteriormente é a área médica que vai nos dar suporte também.”*

Também referente ao texto supracitado outra professora diz:

*“Bom, lá no meu município, lá em Petrópolis, é... quando esse tipo de identificação é feita na escola, esse aluno é encaminhado pra Secretaria de Educação, pra equipe da Secretaria de Educação. Mas ele é encaminhado... antes dele chegar tem um relatório de observação do aluno. No relatório descritivo de observação do aluno. Esse relatório muitas vezes ele é previamente discutido com a orientadora pedagógica, com a diretora, ciente da situação. É... nem sempre isso acontece, mas muitas vezes acontece. Aí é que vem o aluno com a família, mas primeiro vem o relatório, nós fazemos a leitura e quando temos dúvidas, ou enfim, tem alguma coisa ali que não tá muito compreensível, nós discutimos com a coordenadora pedagógica, normalmente é com a coordenadora pedagógica, depois é que*



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

*chamamos a família. Nunca, eu diria nunca... a gente falar nunca é muito complicado mas raramente, nós atendemos o aluno sem o relatório produzido. É bem raro. Então já há esse trâmite, esse hábito. Vem o relatório, a escola observa, o professor observa, o próprio orientador, ou a diretora, se faz o relatório do aluno, encaminha o aluno e aí nós recebemos a família, mas já com aquele relatório ali em mãos pras observações.”*

É destacado também das falas dos grupos focais relatos que deixam claro que todos os atendimentos são realizados primeiramente nas escolas, como o relatório do aluno contendo tudo sobre sua vida e o seu desenvolvimento escolar, assim como o encaminhamento para a perícia médica, e é no fim que será feito um contato com a secretaria de educação para que haja o acolhimento do aluno num lugar melhor para o seu desenvolvimento e aprendizagem.

*“A primeira avaliação é sempre pedagógica. Sempre partimos da pedagógica, não é, nesse sistema: o relatório vem da escola; a família é convidada a comparecer na Secretaria de Educação; na Secretaria de Educação nós temos uma equipe de educação especial, essa equipe, ela praticamente toda tem especialização em Educação Especial em AEE, pós em Educação Especial, pós ou especialização em AEE, todas nós temos. No caso, uma formação inicial, uma formação básica. Aí, nós encaminhamos esse aluno dentro da percepção da equipe, que só é feita ali. Então essa criança, ela passa por essa triagem, digamos assim, captação-triagem que a gente chama. Aí nós temos os contatos com a Saúde, nós temos um protocolo de encaminhamento, precisamos fazer isso junto ao Sistema Público de Saúde, que dão um laudo de encaminhamento. Então nós temos uma fichinha, nós fazemos o encaminhamento, colocamos o nome do aluno, em qual escola se encontra, e outra série de observações. Nessas observações, nós fazemos algumas observações, por exemplo: [aluno vem apresentando múltiplas repetências, demonstrando sérios entraves de comportamento e no tocante à língua escrita]. A gente sugere uma dislexia, mas não diz que é. Então a gente faz, a gente tem mesmo um protocolo de encaminhamento com a Saúde, e normalmente, junto com essa fichinha de encaminhamento, vai o relatório do aluno, não o relatório que a escola nos mandou, porque é um relatório mais detalhado, mas o relatório bimestral, porque lá a gente faz o relatório do bimestre e quando não vai, nosso sistema de Saúde pede. Então se faz assim: ou vai ter um ambulatório de saúde mental que vai ter um neuropediatra, não é? Ou os psicólogos ou um Centro de Saúde Municipal que tenha fono, ou pro Capsi, quando são os casos mais de transtornos psicóticos que a gente percebe, coisas assim pro Capsi.”*

*“Lá na escola, nós avaliamos, elaboramos um relatório com o comportamento da criança. O que se esperava dela e tal. Chamamos a família à escola e conversamos. Aí encaminhamos para um especialista, né?!”*

*“(...)Mas todo esse processo inicial quem faz é a escola e a família. A gente faz todo o pedido ao especialista, a gente pede que caso haja necessidade que venha com um laudo porque é direito do aluno frequentar uma sala de recursos.(...)”*

*“Temos casos em que o aluno é transferido do primeiro para o segundo segmento e a escola que recebe não sabe nada. É uma transferência sem apoio.”*

*“para ter um diagnostico fechado, leva bastante tempo, por exemplo, lá na escola a gente está desconfiando...”*



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

Os relatos deixam claro que ainda não temos superadas as questões que permeiam a Educação Especial desde a década de 1980 como as pesquisas sobre a relação entre Educação Especial e fracasso escolar, definição da clientela e parcerias de apoio. Cabe ainda ao profissional da educação especial seja ele da equipe central da secretaria ou o docente da sala de recursos o diagnóstico do aluno que apresenta alteração no desenvolvimento e a partir daí o segundo passo para o encaminhamento à saúde.

O diagnóstico não é a princípio um retorno à medicalização, mas o direito de que todo aluno tenha suas necessidades acompanhadas por equipes multidisciplinares para a melhoria na qualidade de sua inclusão educacional e social. Os sistemas de saúde não possuem nas suas unidades básicas ambulatorios de desenvolvimento infantil para o acompanhamento da criança, sobretudo na primeira e segunda infância, ainda temos uma visão de saúde curativa e não preventiva; o que atrasa o diagnóstico e acompanhamento de alunos com deficiências, transtornos no desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.

A pouca oferta da Educação Infantil corrobora também para o atraso na entrada do sistema educacional e muitos alunos só terão sua primeira avaliação, uma primeira hipótese diagnóstica por um profissional de educação. Certamente com a Lei 12.796 de 4 de abril de 2013 que antecipa para 4 anos a idade obrigatória para entrada na escola, muitos alunos público alvo da Educação Especial serão diagnosticados mais cedo.

Outro destaque na fala das professoras são os casos de alunos com dislexia e outros transtornos afetivos e psicomotores que no momento pela legislação brasileira não pertencem ao público alvo da educação especial para receber os benefícios dos suportes das salas de recursos. Quando se trabalha, como em muitos países, com o conceito mais amplo de necessidades especiais este grupo de alunos passa a ter apoio do sistema da educação especial. Sem o apoio da educação com programas e projetos e sem a rede de saúde pública organizada para este serviço, o que vem ocorrendo é que este grupo de alunos, sobretudo o das classes populares não tendo um local para um diagnóstico efetivo e acompanhamento clínico e/ ou psicopedagógico ficam certamente ao sabor das promoções automáticas ou nos gargalos de retenção e reprovação do sistema educacional.

## CONCLUSÃO

A informação sobre o caso inicial do aluno, não se faz somente durante os anos em que ele se encontra nas salas de aula, ou seja, não é apenas um diagnóstico inicial pedagógico, esse aluno pode já vir com um diagnóstico médico que pontua todas as suas particularidades de deficiências físicas e mentais, que são apresentadas pelos pais no ato da matrícula, mas tendo também um parecer pedagógico após a estadia do aluno nas salas de aula.

Outros casos são primeiramente pedagógicos, cujos alunos são observados durante sua permanência nas escolas pelas professoras das salas regulares de ensino, que sinalizam quando o aluno apresenta algum tipo de problema na sua aprendizagem e desenvolvimento, fazendo um contato com a direção escolar e pais do aluno, a fim de iniciar uma avaliação pedagógica com a confecção de relatórios que serão úteis na avaliação médica e necessários para o encaminhamento do indivíduo para a Secretaria de Educação que irá designar a escola em que este aluno poderá ter seu AEE.





VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

Contudo, é possível verificar que essa avaliação deve ser realizada de forma conjunta por profissionais da área da saúde com profissionais da área da educação e familiares para que haja um parecer mais adequado do diagnóstico do aluno com público alvo da educação especial.

O estudo aponta para a necessidade de políticas intersetoriais e a formação de uma rede de serviços de identificação precoce do público alvo da educação especial não na perspectiva de um rótulo puramente, mas na garantia dos serviços de apoio. As salas de recursos podem servir também como um espaço de apoio à escola e comunidade local para o empoderamento do acesso do aluno ao sistema público de ensino.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). Acessado em: 29 de ago. de 2011.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acessado em: 29 de ago. de 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível no site: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acessado em: 13 de mai. de 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011 Disponível no site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm). Acessado em: 26 de ago. de 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível no site: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm). Acessado em: 26 de ago. De 2013.

FERNANDES, E. M. & CORRÊA M. A. M., **Processo Ensino-Aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais: o aluno com Deficiência Mental**. 1ª Edição, Rio de Janeiro, UNIRIO, 2008.

GLAT, R, **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro. Editora, 2005.

MENDES, E; CIA, F ONEESP - Um Observatório Nacional para a comunidade da Educação Especial in MENDES, E. e ALMEIDA, M. **A pesquisa sobre inclusão escolar em suas múltiplas dimensões**. Marília: ABPEE, 2012.

MENDES E.G., NUNES L.R.O.P & FERREIRA J.R., **Diagnóstico e caracterização de indivíduos com necessidades educacionais especiais: produção científica nacional entre 1981 e 1998**. Temas em Psicologia da SBP·2002, v. 10, nº1, 11-26.

PROJETO 039 - **Observatório da Educação – Edital 2010**. Fomento a Estudos e Pesquisas em Educação. Edital nº 38/2010/CAPES/INEP, 2010.

PUGLISI, M.L. & FRANCO, B. **Análise de Conteúdos**. Brasília: Editora Liber Livro, 2ª edição, 2005.

RODRIGUES R. V. da & FERNANDES, E. M. Suportes Educacionais para alunos com Necessidades Especiais: contextualizando o espaço da sala de recursos. **VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**. Londrina, 2011, p. 729-730.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília: CORDE, 1994.